

# **ARTIGOS ACADÊMICOS E A LEI 10.639/03: UM OLHAR PARA ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO PERÍODO DE 2003-2015**

Bruno dos Santos GOMES<sup>1</sup>

Carla Holanda da SILVA<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O debate acerca das relações étnico-raciais no campo da educação intensificou-se no Brasil a partir da Lei Federal nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar. Nesse sentido, buscou-se com esta reflexão observar, se tal debate também está sendo realizado no campo do ensino de Geografia, mais precisamente no campo acadêmico, junto a periódicos. Uma vez que, esse material além de publicizar pesquisas pode ser uma fonte importante de investigação para professores da rede básica de ensino. Logo, buscou-se selecionar e analisar artigos acadêmicos que trouxessem encaminhamentos didáticos e pedagógicos referentes à Lei 10.639/03 no ensino de Geografia. Tal análise foi realizada a partir de artigos publicados em quatro revistas acadêmicas da área de Geografia, entre o período de 2003-2015. Este artigo foi desenvolvido via levantamentos teóricos e pesquisas em revistas acadêmicas de Geografia, que apresentaram encaminhamentos didáticos pedagógicos referentes à questão étnico-racial para o trabalho no ensino de Geografia. Todavia, a pesquisa realizada revelou que ainda se trata de um debate frágil no cenário geográfico, pois a partir de levantamentos encontrados em revistas acadêmicas, percebe-se que o relato de experiência acerca dessa realidade é superficial e os encaminhamentos tendem a se repetir, sendo uma realidade um pouco mais consolidado a reflexão acerca da Lei de modo amplo no tange os períodos analisados.

**Palavras chave:** Lei Federal 10.639/03. Educação Antirracista. Ensino de Geografia.

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: Geografia Humana, Geografia Cultural e Ensino de Geografia.

**ACADEMIC ARTICLES AND LAW 10.639 / 03: A LOOK AT  
PEDAGOGICAL TEACHING LINES OR GEOGRAPHY EDUCATION IN  
THE PERIOD 2003-2015**

**ABSTRACT**

The debate about racial ethnic relations in the field of education intensified in Brazil from Federal Law 10.639 / 03, which makes it necessary to teach Afro-Brazilian history and culture throughout the school curriculum. In this sense, it was sought with this reflection to observe if such debate is also being carried out in the field of geography teaching, more precisely in the academic field, next to periodicals. Since this material in addition to publicizing research can be an important source of research for teachers in the basic education network. Therefore, it was sought to select and analyze academic articles that brought pedagogical didactic referrals referring to Law 10.639 / 03 in the teaching of Geography. This analysis was based on articles published in four academic journals in the area of Geography between the period of 2003-2015. This article was developed through theoretical surveys and research in academic journals of Geography, which presented pedagogical didactic referrals referring to the ethnic racial question for the work in Geography teaching. However, the research carried out revealed that it is still a fragile debate in the geographic scenario, since from surveys found in academic journals, it is perceived that the reporting of experiences about this reality is fragile and referrals tend to be repeated, being a reality a little more consolidated the reflection about the Law in a broad way in the analyzed periods.

**Keywords:** Federal Law 10.639/03. Antiracist Education. Teaching Geography.

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal 10.639/03, que inclui o ensino de história da África e dos africanos e da cultura afro-brasileira, em escolas públicas e privadas, em todo currículo do ensino básico escolar, é uma ação afirmativa, fruto de lutas do movimento negro em prol da necessidade de uma educação antirracista. (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, a Lei é um instrumento relevante que fortalece a discussão a respeito da questão étnico-racial e do racismo no espaço escolar, para Santos (2011, p. 5) “[...] a Lei 10.639/2003 contribui diretamente para a construção de uma educação para igualdade racial, e uma formação humana que não promova valores racistas”.

Desse modo, também contribui para a construção da identidade do aluno negro enquanto sujeito e cidadão. Uma vez que é construída a partir de um contexto social, cultural, político e histórico que se materializa nos relacionamentos que também ocorrem no espaço escolar, segundo Gomes (2011).

Assim, debater, discutir e apresentar as relações étnico-raciais é elemento importante no processo de formação dos alunos e também uma função social, pois contribui para a construção da pertença a um grupo racial, segundo Gomes (2002). Logo, tal abordagem tende a fazer a diferença junto ao processo de construção da autoestima do aluno negro e seu reconhecimento positivo nos campos histórico, político e cultural cotidianamente (GOMES, 2002). Logo, da sua identidade.

Todavia, ainda se observa como prática no ambiente escolar a valorização negativa e/ou a depreciação do povo negro, pois segundo Santos (2012), o ensinado nas escolas ainda é a superioridade do branco em relação ao negro, em diferentes momentos do processo de construção do conhecimento.

Diante desse contexto, o objetivo desta reflexão foi selecionar e analisar encaminhamentos didáticos e pedagógicos referentes à Lei Federal 10.639/03, logo acerca de um debate étnico-racial, junto ao ensino de Geografia, a partir de artigos publicados em quatro revistas acadêmicas da área de Geografia, no período de 2003-2015, a fim de refletir acerca de suas contribuições para uma prática docente antirracista.

O presente trabalho é fruto de pesquisas realizadas no Laboratório “Africanidades, Ensino de Geografia, Território e Cultura” sediado junto ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

Para tanto, do ponto de vista teórico foram utilizados autores como Santos (2012); Gomes (2002); Silva (2016); e Santos (2011). O seguinte trabalho foi realizado por meio de levantamentos de artigos em quatro revistas acadêmicas da área de Geografia, no período de 2003-2015, que tratassem a respeito da Lei 10.639/03 e que apresentassem encaminhamentos didáticos pedagógicos sobre o debate da legislação em questão.

Esse levantamento foi proposto a partir de uma pesquisa realizada por Silva (2015) que buscou identificar artigos acadêmicos acerca da Lei 10.639/03 em revistas acadêmicas da área da geografia, entre 2003 e 2015. Todavia, a pesquisa não selecionava e analisava as práticas ou encaminhamentos presentes nos artigos, apenas indicava-os. De modo que, na presente reflexão buscou avançar nesse sentido e trazer ainda mais contribuições para este debate.

Portanto, o artigo inicialmente apresentará um debate acerca de importância da Lei Federal 10.639/03 e o ensino de geografia, na sequência um olhar para os artigos acadêmicos que retratam a Lei 10.639/03 e, por fim as considerações a respeito dos encaminhamentos encontrados.

## **2 A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

A Lei Federal 10.639/03 é vista como um instrumento em prol de uma educação para a igualdade racial, especialmente no campo escolar. (SANTOS, 2010). Uma vez que propõe discussões sobre a história e a cultura da África e afro-brasileira, dentre outras questões, como é possível verificar na legislação sobre isso:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros(as) no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art.79-B O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como” Dia nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003, p.26).

Tal Lei, embora promulgada em janeiro de 2003, abarca uma luta anterior que emerge junto às primeiras organizações políticas sociais no Brasil voltadas à questão negra, como a Frente Negra Brasileira, que no início do século XX, que buscavam assegurar os direitos da população negra no país (SANTOS, 2013).

Segundo Gomes (2005), o papel do movimento negro foi fundamental, pois ele via lutas e junto a um contexto político buscou igualdade para a população, sendo a legislação em questão fruto desse processo.

Nesse sentido, é importante compreender que a Lei Federal 10.639/03, é uma política de ação afirmativa, que auxilia na memória, valorização da identidade e cultura negra (GOMES, 2011). Logo, se apresenta como importante política pública em busca de uma educação igualitária e que favorece a história e cultura afro-brasileira.

Trata-se de uma Lei que se constitui a favor de uma educação para a igualdade racial, que faz valer a formação humana e que promove valores não racistas, de acordo com Santos (2011).

Desse modo, observa-se que a Lei se coloca como um relevante instrumento de debate e construção de uma educação antirracista, que pode se realizar no próprio ambiente escolar via ações nesse sentido, mas também no ambiente acadêmico via reflexões que auxiliem nos processos a se realizarem no ambiente escolar.

Nesse sentido, entende-se que tal debate no campo do ensino de Geografia é fundamental, pois essa área do conhecimento trabalhada na sala de aula pode encaminhar o aluno à interpretação, a compreensão e ao agir no mundo, fato que, segundo Santos (2013) implica em posicionamentos como indivíduos e ações sobre os espaços sociais.

Assim, o conhecimento geográfico pode instrumentalizar esse aluno como um cidadão que compreende seus direitos, sua realidade, sua identidade que no campo do debate étnico-racial proposto pela Lei em voga abarca questões como o racismo que, por sua vez opera criando, recriando, aprofundando e perpetuando desigualdades sociais, segundo Santos (2013).

Desse modo, ampliar o olhar a respeito desse debate no Brasil é urgente, inclusive para os processos de (re)construção das identidades dos alunos negros, sendo a escola e o ensino de Geografia fundamentais nesse processo, segundo Gomes (2002). Uma vez que a educação pode romper com os estereótipos que remetem a uma visão negativa sobre o negro. (GOMES, 2002).

Todavia, esse processo ainda encontra-se dificuldades seja em função da formação frágil do professor junto a esse tema (ver BOZELLI, 2016); e, seja pelo material didático disponível aos alunos, leia-se livro didático (ver GOMES, 2017), ou ainda pelos debates frágeis no cenário acadêmico (ver SILVA, 2016).

Diante desse cenário de dificuldades já reveladas em pesquisas anteriores, observa-se que ter um material paradidático ou mesmo acadêmico que oriente e fundamente a prática docente se faz relevante para a promoção de uma educação antiracista, logo caminha ao encontro da própria aplicação da Lei Federal 10.639/03.

Nesse sentido, é que se buscou verificar após a promulgação da Lei 10.639/03, até o ano de 2015, como estavam posicionadas as reflexões acadêmicas acerca dessa temática, no que diz respeito a orientações relativas a prática docente no ensino de Geografia.

### **3 ARTIGOS ACADÊMICOS E A LEI 10.639/03: UM OLHAR PARA ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS**

A partir dessa realidade, como já apontado, selecionou-se e em seguida analisou-se artigos acadêmicos de quatro revistas, no período de 2003 a 2015, que apontassem encaminhamentos didáticos pedagógicos referentes à Lei Federal 10.639/03, logo acerca de um debate étnico-racial junto ao ensino de Geografia. Assim, teve-se como intenção, via essa análise, identificar caminhos para que o professor de Geografia pudesse discutir a questão étnico-racial, a partir de outras experiências, de relatos do meio acadêmico.

Para execução desta análise, as revistas foram selecionadas a partir da indicação realizada pela pesquisa de Silva (2015), que a partir da Lei Federal 10.639/03, investigou em revistas acadêmicas relativas a Geografia artigos que realizassem a discussão da legislação acima citada no cenário geográfico, entre os anos de 2003 e 2015. Vale destacar que, na pesquisa de Silva (2015) foram selecionadas 11 revistas que apresentaram reflexões acerca da Lei, junto destas 11 revistas selecionadas foram encontrados 21 artigos que debatiam a Lei em questão. Contudo, destas 11 revistas apresentadas por Silva (2015), apenas três continham artigos que abordavam encaminhamentos a respeito da aplicabilidade da Lei 10.639/03.

Desse modo, na presente pesquisa foram selecionadas quatro revistas são elas: Tamoios, Revista Brasileira de Educação em Geografia, Educação UFMS e Geotextos. Nessas revistas foram selecionados 11 artigos, entre os anos de 2003 a 2015, que a abordavam encaminhamentos didáticos pedagógicos referentes à Lei, ao debate étnico-racial. Tal seleção foi exposta nos Quadros 1, 2, 3 e 4, que abarcam a referência do artigo, o apontamento dos objetivos da proposta, seus encaminhamentos didático-pedagógico. Isto é, como o mesmo se apresenta com relação a aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03 no ensino de Geografia, os instrumentos e/ou recursos utilizados na promoção da proposta junto ao ensino e, os resultados que a mesma obteve.

**Quadro 1. Artigos acadêmicos e encaminhamentos para aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03 - Revista Tamoios**

REVISTA TAMOIOS					
	Referência	Instrumento	Encaminhamento	Objetivos	Resultados
1	MONTEIRO.F, F, et al.. Oficina de Filmes e relações raciais: Materiais para a aplicação da Lei Federal 10.639/03, no ensino básico. <b>Revista Tamoios</b> , vol. 7 n.1, p.60-70, 2011.	Filmes e documentários.	Oficinas de filmes.	Aplicar a Lei Federal nº 10.639/03 no ensino básico, mostrando como esta atividade pode contribuir para a revisão das práticas dos professores no que diz respeito a temática racial.	Problematização da questão do preconceito racial junto ao cotidiano escolar.  Valorização do negro na mídia.
2	DINIZ, F.G. (RE)discutindo pré-noções sobre o conteúdo da África no ensino de Geografia através do	Cinema e Filmes.	Utilização de filmes e documentários.	Auxiliar no processo de reflexão sobre essas pré-noções buscando contribuir para	Desconstrução da imagem negativa da África junto ao conteúdo proposto e via o cinema. Promoção de uma

	uso do cinema na educação básica. <b>Revista Tamoios</b> , Vol. 7,n.1,p.101-110,2011.			aplicação efetiva da Lei Federal nº 10.639/03. Apresenta algumas experiências de professores que lecionam a matéria escolar de Geografia em escolas públicas com o filme Hotel Ruanda.	educação antirracista junto aos alunos.
3	SANTOS, C. A. C; COSTA, R.L.S. Materiais Didáticos à Luz da Lei 10.639. <b>Revista Tamoios</b> , v. 7, n. 1, p. 25-36, 2011.	Livro Didático.	Análises de subjetividades de imagens e conteúdo, nos materiais didáticos de Geografia do ensino básico.	Analisar e discutir as subjetividades de imagens nos materiais didáticos.	Representação do Livro didático como uma construção e representação de mundo.
4	CORREA, G.S. Conteúdos possíveis a partir da lei 10.639: as Geografias das comunidades remanescentes de quilombos no território brasileiro. <b>Revista Tamoios</b> , Vol. 7, n.1,p.37-50,2011.	Comunidades quilombolas.	Discussão das comunidades remanescentes de quilombos como via para o debate da inserção do negro nas narrativas de formação do território brasileiro.	Discutir via as comunidades remanescentes de quilombos a inserção do negro nas narrativas de formação do território brasileiro.	Construção de outras visões de mundo. Valorização da identidade negra e de sua presença no território. Reposicionar o aluno negro no mundo da educação.
5	ROCHA, G.H.C. Dificuldade para implementação da lei 10.639: A influência dos valores religiosos sobre os temas apresentados no texto da lei. <b>Revista tamoios</b> , Vol.7, n.1,p.51-59,2011.	Relatos de professores.	Debater sobre o continente africano onde pode ser observado, a ação de valores religiosos expressos através das práticas de professores, aluno e funcionários.	Analisar a Influência de valores religiosos sobre a aplicação dos conteúdos apresentados pela lei 10.639/03 rompendo com estereótipos.	Construção de Concepções prévias dos alunos sobre o continente africano. Discussão e valores divulgados que acabam entrando no espaço escolar e influenciam a prática do professor.
	ARAÚJO, T.F. Por uma Geografia dos Outsiders: Interpretação da lei 10.639 na rede municipal de Armação de Búzios em sua relação com a	Lei 10.639/03.	A discussão teoria sobre a questão étnico-racial, com a comunidade quilombola.	analisar a experiência de aplicação da Lei Federal 10.639/03 nas escolas municipais que atendem as crianças e jovens	Problematização dos entraves para o trabalho docente, a respeito da prática educacional, por parte dos alunos se refere a em que medida o processo de

6	comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa. <b>Revista Tamoios</b> , Vol 7, n.1, p. 72-89,2011.			da comunidade remanescente do quilombo da .	ensino-aprendizagem a que eles estavam sendo submetidos contribuía para a construção e/ou resignificação de um projeto identitário de ser “quilombola”.
7	OLIVEIRA, G.S. O ensino da África nas aulas de Geografia e a implementação da lei 10.639/03. <b>Revista Tamoios</b> , Vol. 7, n.1, p.90-100, 2011.	Questionários com professoras, para a percepção a respeito da discussão da lei 10.639/03.	Ensinar o conteúdo do continente africano rompendo com percepções carregadas de preconceitos e estereótipos contidas nas imagens de livros.	Proporcionar desconstruções e construções necessárias para a prática de promoção de igualdade racial.	Valorização da importância no resgate a história da sociedade brasileira. Qualificação do professor na educação básica. Desconstrução de estereótipos do negro.
8	BOYNARD, L.M. Por uma desconstrução da representação única de mundo: alternativas cartográficas para a aplicação da lei 10.639. <b>Revista Tamoios</b> . Vol. 7,n.1, p. 112-124, 2011.	Cartografia/ mapas.	Explorar a cartografia como um instrumento de ação na luta antirracista.	Desconstruir simbolicamente e cartograficamente visão eurocêntrica de mundo.	Utilização da Cartografia para o reposicionamento do negro e as relações raciais no mundo. Instrumentação da Cartografia como uma alternativa a visão de mundo hegemônica.

FONTE: Adaptado de Silva (2016) – ORG: Gomes (2016)

**Quadro 2. Artigos acadêmicos e encaminhamentos para aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03 - Revista Brasileira de Educação em Geografia**

Revista Brasileira de Educação em Geografia					
	Referencia	Instrumento	Encaminhamento	Objetivo	Resultado
9	QUEIROZ, T. A. N. O tema África e a Geografia escolar: uma experiência no Ensino Fundamental II. <b>Revista Brasileira de Educação em Geografia</b> , v. 5, n. 9, p. 164-185, 2015.	Estágio/ Livro didático.	Aproximação do conteúdo África da realidade e, desconstrução de imagens negativas do continente através do histórico.	Compreender A realidade da escola, a partir do ensino de Geografia, a fim de que os alunos possam ser críticos a respeito das desigualdade.	Percepção pós discussão com os alunos sobre suas análises referentes ao continente africano. Construção de uma visão acerca de uma África plural.

FONTE: Adaptado de Silva (2016) – ORG: Gomes (2016)

**Quadro 3. Artigos acadêmicos e encaminhamentos para aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03 - Educação (UFMS)**

Educação (UFMS)					
	Referencia	Instrumento	Encaminhamento	Objetivo	Resultado
10	COELHO, W.N.B, COSTA, R.P. Representações sobre relações raciais na sala de aula: o negro no cotidiano escolar. <b>Educação (UFMS)</b> . vol. 34, n.2, p.325-338, 2009.	Questionário/ alunos e professores.	A discussão da lei 10.639/03 com relação ao combate de preconceito e discriminação racial.	Analisar a verificação de preferencias, diferenças de tratamento, formação de grupos, uso de apelidos e piadas a partir da cor.	Problematização, a partir da realização do trabalho e utilização de apelidos com algum reporte a cor em.

FONTE: Adaptado de Silva (2016) – ORG: Gomes (2016)

**Quadro 4. Artigos acadêmicos e encaminhamentos para aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03 - Geotextos**

Geotextos					
	Referencia	Instrumento	Encaminhamento	Objetivo	Resultado
11	FERRACINI, R. Dialogando Geografia academia e escolar: o caso do continente africano. <b>Geotextos</b> . Vol. 8, n 2, p.165-182,2012.	Leituras a partir da discussão da lei 10.639/03 teóricas.	Continente africano como uma unidade histórica e geográfica.	Discutir a temática proposta pela lei a partir das relações geográficas entre Brasil e o continente africano.	Valorização da discussão da África no ensino de Geografia escolar e acadêmico. Problematização na pouca relevância para a temática racial brasileira.

FONTE: Adaptado de Silva (2016) – ORG: Gomes (2016)

Trata-se uma seleção de encaminhamentos para a aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03 no ensino de Geografia e tais informações são relevantes, pois sistematizam as propostas indicando o seu potencial de aplicabilidade e resultados. A partir dos quadros é interessante observar, inicialmente, que dos 11 artigos selecionados oito tem uma mesma origem de publicação, a revista Tamoios. Essa é uma revista na área da ciência geográfica e, no de 2007, teve um número inteiro dedicado artigos acerca do debate da Lei 10.639/03.

Logo, tratou-se de artigos que revelaram a pesquisa do Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos, que tem se configurado como líder de um importante grupo de pesquisadores no que se refere à discussão das relações étnico-raciais na Geografia, especialmente no que tange contribuições para o debate junto a formação docente e ao Ensino de Geografia de modo mais

amplo. Assim, a revista *Tamoios* nessa análise se revela como um ponto importante nas proposições acerca da Lei 10.639/03, pois apresenta pesquisas que são oriundas de um grupo de estudos e pesquisas que se debruça sobre a Lei em questão e sua interface com o Ensino de Geografia. Ainda assim, a expressividade da publicação aconteceu em um número, isso é relevante, mas é preciso que mais publicações ocorram em números regulares da revista.

Desse modo, o artigo de número um, no Quadro 1, apresentou como encaminhamento oficina de filmes, utilizando do instrumento filmes e documentários. O mesmo foi aplicado por docentes do segundo segmento do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, utilizando como estratégia para a discussão das relações étnico-raciais no ensino, o documentário “Vista Minha Pele” (2003), tais discussões segundo relatos dos professores levaram a problematização da questão do preconceito racial junto ao cotidiano escolar.

No mesmo viés no que se refere a encaminhamento, tem-se o artigo dois, utilizou-se de instrumento filme. Nesse caso, o título escolhido foi “Ruanda” (2004) e o encaminhamento buscou discutir o conteúdo de África a partir do filme, que tem como enredo o genocídio ocorrido em Ruanda pelo embate corporal entre as duas etnias distintas. Desse modo, no encaminhamento propôs-se uma discussão a respeito das concepções prévias estabelecidas sobre o conteúdo da África, no ensino básico via as aulas de Geografia, e por meio da obra cinematográficas desconstruir ideários da África engendrada pelo pensamento hegemônico eurocentrado.

Assim, a partir da análise desses dois artigos iniciais observa-se que a discussão étnico-raciais parte por meio de oficinas de filmes, documentários se torna essencial, pois a partir desses instrumentos permite-se haver uma discussão profunda das relações étnico-raciais abordadas nos recursos. Uma vez que, via produtos audiovisuais como os explorados é possível um conhecimento histórico do negro e do continente africano, além do instrumento em si enriquecer a aula, pois promove uma construção do conhecimento mais próxima a realidade dos alunos, dos seus gostos e culturas. Logo, torna-se o debate mais interessante e significativo. Além disso, no encaminhamento descrito também é possível ouvir a percepção dos alunos em relação ao assunto, via debates após as exibições como um instrumento didático em sala de aula e, até mesmo no espaço escolar de modo mais amplo.

O artigo de número oito, do Quadro 1 realizou o relato de experiência e pesquisa a partir do uso da cartografia, no que tange o uso de dois exemplos de experiências em cartografia social,

sendo uma de mapeamento participativo de endosso a luta do Movimento Negro, a outra uma representação do mundo não convencional. (BOYNARD, 2011).

Nesse sentido, apresentou-o como encaminhamento buscando explorar a cartografia como um instrumento de ação na luta antirracista, assim desconstruindo simbolicamente e cartograficamente a visão eurocêntrica de mundo.

O trabalho foi desenvolvido a partir da dinâmica do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) sendo coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM), e tem abrangência nacional. Articulando-se junto ao Movimento Negro sendo favorável a favor de várias frentes de luta como, por exemplo, as mulheres negras, os Quilombolas, as religiões de matriz africana e as Quebradeiras de Coco Babaçu, os Faxinais, os Cipozeiros e os Negros Rurais, a equipe do projeto organizando oficinas cartografias para capacitarem, sendo feitas discussões com as comunidades tradicionais onde elas expõem o que é de interesse a ser “cartografado” (BOYNARD,2011). Tal prática aponta como resultados a utilização da Cartografia para o reposicionamento do negro e as relações raciais no mundo, além de propor via a cartografia uma alternativa a visão de mundo hegemônica.

Dos 11 artigos selecionados apenas três apresentam encaminhamentos para a aplicabilidade da Lei 10.639/03, os artigos acima e, os outros oito artigos não são encaminhamentos, mas relatos de experiências que buscam a reflexão acerca da Lei 10.639/03.

Os artigos que apresentam reflexões e que buscaram abordar a importância da aplicabilidade da Lei 10.639/03 na educação são os artigos de número três, quatro, cinco, seis, sete, nove, dez e 11 dos Quadros 1, 2, 3 e 4 que apresentaram a relevância de uma educação antirracista a partir de uma visão reflexiva por parte dos professores.

Os artigos numerados por sete e dez, dos Quadros 1 e 3, buscaram abordar questionários a fim de verificar o conhecimento dos professores acerca da Lei e a aplicabilidade no ensino. Nesse mesmo viés os artigos seis e 11, dos Quadros 1 e 4, propõem reflexões a respeito da importância com o trabalho da Lei 10.639/03.

O artigo cinco do Quadro 1, buscou abordar resultados obtidos através de entrevistas concedidas por professores de Geografia, a respeito de valores religiosos a partir de conteúdos apresentados pela Lei 10.639. O artigo foi construído como ponto de partida o relato de dez professores de Geografia, sendo estes organizado em dois grupos de cinco professores.

Buscando analisar o entendimento dos valores religiosos presentes no ambiente escolar e como estes se manifestam através do habitus dos professores, alunos e funcionários, tende em vista que as religiões de matrizes africanas são demonizadas e estereotipadas, assim como encontrada na pesquisa de Rocha (2011).

Diante da pesquisa em questão, observou-se que de modo geral durante o período analisado o número de reflexões propositivas é pequeno e, que encaminhamentos tendem a se repetir, como no caso do cinema e filmes. Todavia, ainda que poucos apresentem encaminhamento para o trabalho do professor, há reflexões interessantes acerca das dificuldades que professores encontram para realizar esse debate, como o caso do livro didático e proposições nesse sentido. Logo, apresentam-se encaminhamentos amplos que auxiliam professores a pensar sua prática docente no que tange a legislação em questão. Além de trazer discussões teóricas referentes a Lei Federal 10.639/03 e as relações étnico-raciais no ensino.

Todavia, embora estas publicações se apresentem como uma oportunidade de encontrar por meio de revistas acadêmicas encaminhamentos para o trabalho a respeito da questão étnico-racial no ensino de Geografia, trata-se de um cenário muito frágil e tímido.

Nesse sentido, o trabalho a ser efetuado se revela como árduo, pois deve partir de longas procuras por encaminhamentos, leituras e reflexões, pois estas contribuíram também para uma educação antirracista. Uma vez que a importância da discussão étnico-racial no ensino deve ser planejada para que haja um rompimento de estereótipos acerca do negro e o combate ao racismo.

Desse modo, entende-se que se faz necessário intensificar esse debate na academia para que o mesmo reflita nas produções e conseqüentemente na formação de professores e na produção de materiais didáticos.

Contudo, dentre os encaminhamentos encontrados, observa-se que o professor pode buscar recursos para auxiliar na prática para uma educação antirracista, tais como: a cartografia, pois a partir dela é possível romper com a visão eurocêntrica de mundo; as produções áudio visuais que também realizam esse trabalho e o próprio livro didático que pode servir como um instrumento para esse debate, inclusive utilizando-se das fragilidades que o mesmo apresenta.

Outro ponto relevante é que os encaminhamentos proponham após o uso dos instrumentos debates e discussões com alunos, funcionários da escola, pedagogos, com a comunidade escolar como um todo, a fim de tornar perceptível a importância da discussão das relações étnico-raciais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo selecionar e analisar encaminhamentos didáticos pedagógicos referentes a Lei Federal 10.639/03, logo acerca de um debate étnico-racial, junto ao Ensino de Geografia, a partir de artigos publicados em quatro revistas acadêmicas da área de Geografia, no período de 2003-2015, a fim de refletir acerca de suas contribuições para uma prática docente antiracista.

A Lei torna-se importante junto ao contexto educacional, pois é instrumento de trabalho a respeito das relações étnico-raciais além de romper com a visão eurocêntrica de mundo, e sendo um instrumento que proporciona qualidade na educação e menos desigualdade.

A pesquisa em questão buscou auxiliar o professor no trabalho junto a Lei em questão, para que o mesmo possa rever seus conceitos e romper com padrões eurocêtricos, logo abrir-se para uma nova visão de mundo, a fim de buscar outras possibilidades para o trabalho dos professores junto a aplicabilidade da Lei 10.639/03.

Para tanto, inicialmente realizou-se uma discussão a respeito da Lei 10.639/03 no ensino da ciência Geográfica, sua importância na construção significativa em relação as questões étnico-raciais. Posto que, entende-se que a Lei e sua aplicabilidade no campo escolar, no Ensino de Geografia, tende a ser um instrumento importante no combate ao racismo e na compreensão e afirmação da identidade do aluno negro.

Na sequência, buscou-se através de publicações em revistas acadêmicas encaminhamentos para a prática do trabalho docente a respeito da questão étnico-racial no Ensino de Geografia.

A partir deste levantamento realizado em quatro revistas acadêmicas sendo: Revista Tamoios; Revista Brasileira de Educação em Geografia; Educação (UFMS) e Geotextos encontrou-se algumas propostas para a aplicabilidade da Lei 10.639/03, contudo visualizou-se sobretudo reflexões acerca da Lei e de suas nuances no contexto escolar.

Assim dentre os encaminhamentos encontrados o uso da cartografia e o uso de filmes e documentários se destacaram e, propõem-se como uma alternativa para a aplicabilidade da Lei 10.639/03, pois os outros artigos apenas sugerem reflexões para a aplicabilidade do trabalho com a Lei em questão, sendo que algumas reflexões tendem a ser repetir. O que permite pontuar que a discussão ainda ocupa um cenário com grandes fragilidades no que tange o ensino das relações

étnico-raciais para a aplicabilidade da Lei 10.639/03, especialmente no que diz respeito ao campo acadêmico.

A Lei 10.639/03, junto ao cenário geográfico, ainda busca por sua efetivação e auxilia na discussão das relações étnico-raciais no que se refere ao contexto educacional que são pouco realizadas.

É necessário e entende-se que a Lei em questão deve ser fomentada por professores a fim de que o debate se concretize de modo mais latente via o ensino de Geografia. É válido ressaltar a importância da Revista Tamoios e do professor Dr. Renato Emerson dos Santos, que contribuem para a explanação da temática das relações étnico-raciais e o ensino de Geografia.

## 5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T.F. Por uma Geografia dos Outsiders: Interpretação da lei 10.639 na rede municipal de Armação de Búzios em sua relação com a comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa. **Revista Tamoios**, Vol. 7, n.1, p. 72-89,2011.

BOZELLI, L. M. **A formação docente inicial e continuada em Geografia para as Africanidades**: uma análise a partir da realidade da licenciatura em Geografia da Universidade Norte do Paraná e dos docentes de Geografia do ensino básico de Uraí-PR. Trabalho de graduação (**Licenciatura em Geografia**) - Universidade Estadual do Norte do Paraná Cornélio Procópio, 2016.

BOYNARD, L.M. Por uma desconstrução da representação única de mundo: alternativas cartográficas para a aplicação da lei 10.639. **Revista Tamoios**. Vol. 7, n.1, p. 112-124,2011.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09.01.03: altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afrobrasileira e Africana”. **Brasília**. 2003.p.26

COELHO, W.N.B, COSTA, R.P. Representações sobre relações raciais na sala de aula: o negro no cotidiano escolar. **Educação (UFMS)**. vol. 34, n.2, p.325-338,2009.

CORREA, G.S. Conteúdos possíveis a partir da lei 10.639:as Geo-grafias das comunidades remanescentes de quilombos no território brasileiro. **Revista Tamoios**, Vol. 7, n.1, p.37-50,2011.

DINIZ, F.G. (RE)discutindo pré-noções sobre o conteúdo da África no ensino de Geografia através do uso do cinema na educação básica. **Revista Tamoios**, Vol 7, n.1, p.101-110,2011.

FERRACINI, R. Dialogando Geografia academia e escolar: o caso do continentes africano. **Geotextos**. Vol. 8, n 2, p.165-182,2012.

GOMES. B. S. A representatividade do negro e do continente africano nos livros didáticos: uma análise da coleção expedições geográficas do ensino fundamental II de escolas do município de Cornélio Procópio-pr. Trabalho de graduação (**Licenciatura em Geografia**) - Universidade Estadual do Norte do Paraná Cornélio Procópio, 2017.

GOMES, N.L. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.

GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 143-147,2005.

GOMES, N. L. Diversidade Étnico-racial inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBP AE** ,vol.27 n.1, p.109-121,2011.

MONTEIRO.F, F, et al. Oficina de Filmes e relações raciais: Materiais para a aplicação da Lei Federal 10.639/03, no ensino básico. **Revista Tamoios**, vol. 7 n.1, p.60-70,2011.

OLIVEIRA, G.S. O ensino da África nas aulas de Geografia e a implementação da lei 10.639/03.**Revista Tamoios**, vol. 7, n.1, p.90-100,2011.

QUEIROZ, T. A. N. O tema África e a Geografia escolar: uma experiência no Ensino Fundamental II. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 5, n. 9, p. 164-185, 2015.

ROCHA,G.H.C. Dificuldade para implementação da lei 10.63: A influência dos valões religiosos sobre os temas apresentados no texto da lei. **Revista tamoios**, Vol.7, n.1, p.51-59,2011.

SILVA, P. C. **A lei 10.639/2003 e Suas Possibilidades de Aplicação: Um Olhara Partir de Levantamentos em Revistas Acadêmicas Geográficas e de Ensino**. Cornélio Procópio. ANAIS, Cornélio Procópio. UENP, p.1-17, 2015

SILVA, P.C. da. A fragilidade de produções acadêmicas acerca da lei federal 10.639/03 no cenário geográfico durante o período de 2003 à 2015. Trabalho de graduação (**licenciatura em geografia**) - universidade estadual do norte do paraná Cornélio Procópio, 2016.

SANTOS, R. E. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-a o. **Revista Tamoios**, vol.7 n. 1, p. 4-23,2011.

SANTOS, C. A. C; COSTA, R.L.S. Materiais Didáticos   Luz da Lei 10.639. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 1, p. 25-36, 2011.

SANTOS, R. E. dos. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**. v. 1, n. 34, p. 141-160, jan-jun, 2010.

SANTOS, R. E. O Ensino de Geografia do Brasil e as rela es raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. SANTOS, Renato Emerson dos (Org). **Diversidade, espaço e rela es étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**, p.21-40,2013.

SANTOS, C.R. Oficina de Filmes e rela es raciais: Materiais para a aplica o da lei federal 10.639/03, no ensino básico. **Revista Tamoios**, vol 7, n.1, p.60-70,2011.

SANTOS, W. O. **Rela es raciais, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e livros didáticos de Geografia**. Disserta o (Mestrado em Educa o) -Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2012.

*Data de recebimento: 20 de fevereiro de 2019.*

*Data de aceite: 29 de maio de 2019.*